

CAROS COLEGAS,

Inicialmente anoto a experiência enriquecedora que foi participar das publicações realizadas por este Centro de Estudos que são sempre interessantes. Nesta edição destaco a manifestação da GPG-AEF nº 01/2017, em resposta a consulta da COSESP sobre a possibilidade de reativação parcial das operações de seguro, que primam pela qualidade e precisão. O Parecer Referencial nº 07/2018, que trata da invalidação dos atos de investidura (posse e nomeação) de servidor público, faz uma excelente análise técnica que muito auxiliará a administração.

Não posso deixar de mencionar, ainda, o Parecer PA nº 46/2018, que respondendo à consulta formulada pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania enquanto responsável pelo expediente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - FUNDAÇÃO CASA/SP, trata da aplicação do parágrafo 2º do artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pela Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Como este número do Boletim do Centro de Estudos da PGE é o último em que estarei à frente do órgão, aproveito a oportunidade para falar um pouco do trabalho desenvolvido nestes 8 meses.

A ausência de quadros funcionais e o aumento excessivo de trabalho verificado em todas as áreas da Procuradoria Geral do Estado nos últimos anos têm dificultado uma maior participação dos Procuradores do Estado e dos servidores nas atividades do Centro de Estudos, o que configurou o primeiro desafio na chefia do órgão, diante da necessidade de selecionar temas que despertassem o interesse de todos, seja para aprofundar estudos na área jurídica, seja para facilitar as atividades desenvolvidas nas bancas.

Nessa linha, foram oferecidas palestras de temas atuais relacionados à advocacia pública (segurança jurídica, alterações da LINDB, mediação no poder público, entre outras), bem como três cursos de extensão (“Direito Ambiental e Aspectos da Regularização Fundiária”, “Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas” e “Consensualidade, Consequencialismo e Controle das decisões”), por meio dos quais buscou-se uma visão prática do direito, sem perder o indispensável embasamento teórico.

A criação do Núcleo de Pesquisas Empíricas para Racionalização das Estratégias de Litigância objetivou tornar a atuação da Procuradoria mais eficiente, por intermédio de base científica sólida. A reativação do Núcleo Permanente de Direitos

Humanos, criado em 2002 e com longo histórico dentro da Procuradoria Geral do Estado, se mostrou de extrema importância, notadamente diante da intrínseca relação entre advocacia pública e direitos humanos.

A reformulação do formato deste Boletim e do site da biblioteca, a mudança na forma de comunicação e divulgação, a atualização das Resoluções do Pró-livro e da Ajuda Financeira e a criação da videoteca e da plataforma de ensino a distância foram outras medidas adotadas para aprimorar o órgão, visando a um melhor aproveitamento pelos Procuradores e servidores dos serviços oferecidos.

O trabalho desenvolvido neste curto período de tempo só foi possível com a colaboração dos colegas que se dispuseram a me acompanhar nesta empreitada.

Agradeço à Marily Diniz do Amaral Chaves que à frente da Escola Superior da PGE coordenou os cursos de extensão, organizou todo o histórico da ESPGE e auxiliou na elaboração dos novos projetos de especialização que foram encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, já divulgados no site da ESPGE. Não posso deixar de registrar que sem a excelente orientação jurídica vinda de seus pareceres não seria possível a realização de diversas atividades do Centro de Estudos.

Com a colaboração do colega Emanuel Fonseca Lima, responsável pelo aperfeiçoamento e ajuda financeira, foi possível atualizar as Resoluções do Pró-livro e Ajuda Financeira para cursos permitindo solicitações de reembolso on line, reformular o site da biblioteca e criar a videoteca e a plataforma de ensino a distância. Anoto, ainda, sua colaboração para os trabalhos desenvolvidos nos Núcleos de Pesquisa Empírica e de Direitos Humanos, que foram coordenados com maestria pelos colegas Fabricio Contato Lopes Resende, Danilo Gaiotto, Elaine Vieira da Motta e Margarete Gonçalves Pedroso.

A modernização na divulgação dos eventos, a reformulação do formato deste Boletim, a celeridade na organização das Revistas da PGE e demais publicações do órgão só foram viáveis pela imprescindível ajuda da colega Sueine Patricia Cunha de Souza.

Por fim, agradeço à equipe de funcionários do Centro de Estudos, o empenho e a dedicação, e ao Conselho Curador, aos docentes e monitores da ESPGE e à Comissão Editorial, o indispensável suporte jurídico das atividades do órgão.

A partir de fevereiro, a Chefia do Centro de Estudos caberá ao colega Bruno Maciel dos Santos, a quem desejo uma excelente gestão, tendo a certeza de que com sua qualificada equipe trará ainda mais atualizações e inovações necessárias ao órgão.

Abraços a todos.

ANNA CANDIDA ALVES PINTO SERRANO

Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos/ESPGE